**ESTATUTO SOCIAL**

 **[NOME DA EJ]**

**TÍTULO I – DA ESTRUTURA FUNDAMENTAL**

**CAPÍTULO I – DA NATUREZA, DENOMINAÇÃO SEDE E DURAÇÃO**

Art. 1º. A [NOME DA EJ COMPLETO], também identificada pela sigla [SIGLA DA EJ], é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, sem caráter político-partidário ou religioso, apartidária, regida por este Estatuto Social, por seu Regimento Interno e pelas disposições normativas aplicáveis.

§ 1º. A [NOME DA EJ] tem sua sede e foro na cidade de [NOME DA CIDADE], Estado do [NOME DO ESTADO], no Campus [NOME DO CAMPUS] da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), localizada na [ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE], CEP [CEP].

§ 2º. A [NOME DA EJ] é vinculada ao curso de graduação em [NOME DO CURSO DE GRADUAÇÃO] da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

§ 3º. A organização e funcionamento da [NOME DA EJ] são estabelecidos através de Regimento Interno, elaborado pela Diretoria Executiva e aprovado pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto Social.

Art. 2º. O prazo de duração da [NOME DA EJ] é indeterminado.

**CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS SOCIAIS**

Art.3º. A [NOME DA EJ] adota como princípios:

I – [VALOR I]

II – [VALOR II]

III – [VALOR III]

IV – [VALOR IV]

V – [VALOR N]

Art.4º. A [NOME DA EJ] tem por objetivos:

I - [OBJETIVO I]

II - [OBJETIVO II]

III - [OBJETIVO III]

IV - [OBJETIVO IV]

V - [OBJETIVO V]

VIII - [OBJETIVO X]

§2º. Para cumprir os objetivos acima estabelecidos, a [NOME DA EJ] poderá:
[AS SEGUINTES DESCRIÇÕES SÃO DE EXEMPLOS DAS ATIVIDADES PRESTADAS, SUBSTITUIR PARA ATIVIDADES AFINS DAS EJ´S]

a) Produzir, publicar, distribuir e divulgar artigos, livros, revistas, vídeos, filmes, fotos e similares;

b) Documentar, por todos os meios, suas diversas atividades, assim como fatos e situações que tiverem relação com suas finalidades;

c) Firmar contratos e convênios e/ou associar-se com outras pessoas, naturais ou jurídicas, públicas ou privadas;

§3º. É expressamente vedada à [NOME DA EJ] qualquer posicionamento de natureza político-partidária, bem como o engajamento e atuação em movimentos políticos e sociais.

Art.5º. O auxílio na execução de prestação de serviços por membros associados da [NOME DA EJ] ou estudantes contratados para atuar na condição de colaboradores está condicionado à atuação conjunta de docente orientador(a) ou especialista na área, indicado pelo Diretor de Projetos.

**TÍTULO II – DA GESTÃO DE RECURSOS**

**CAPÍTULO I - DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Art.6º. O patrimônio da [NOME DA EJ] será constituído de bens e direitos a ela doados, transferidos, incorporados ou por ela adquiridos, oriundos de qualquer pessoa, natural ou jurídica, pública ou privada, associado ou não.

Art.7º. Constituem receitas da [NOME DA EJ]:

I - Prestação de serviços;

II - Donativos, legados, heranças, cessão de direitos, doações e contribuições e as subvenções de qualquer natureza;

III - Produtos de festivais, campanhas, concursos e eventos congêneres;

IV - Rendimentos resultantes da gestão de seu patrimônio;

V - Subvenções ou auxílios governamentais e outros.

Art.8º. Observado o disposto neste Estatuto Social, a [NOME DA EJ] tem autonomia patrimonial, administrativa e financeira, inclusive com relação a seus associados e à universidade.

Art.9º. Todo patrimônio e receitas da [NOME DA EJ] deverão ser investidos nos objetivos a que se destina a entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários e úteis a seu funcionamento administrativo.

Art.10. A [NOME DA EJ] não remunera seus associados em razão das atividades administrativas prestadas, não distribuindo lucros, bonificações ou vantagens sob nenhuma forma ou pretexto, observado o disposto nos parágrafos seguintes.

§1º. Excepcionalmente, de acordo com a natureza e a necessidade do serviço a ser realizado, figurarão como colaboradores estudantes não associados, os quais também não serão remunerados pelas atividades prestadas.

§2º. Os gastos comprovadamente despendidos em passagem, combustível, hospedagem, cópias, alimentação e inscrições, pelos membros ou colaboradores da [NOME DA EJ] na realização do objeto social da empresa júnior serão reembolsados, desde que previamente aprovados pelo Diretor Administrativo-Financeiro.

Art.11. A prestação de contas dos recursos recebidos pela [NOME DA EJ] se dará no encerramento de cada semestre e do exercício fiscal, devendo observar primordialmente os princípios da publicidade, transparência financeira e sustentabilidade, devendo ser apresentado relatório de atividades e das demonstrações financeiras, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto aos órgãos competentes.

**TÍTULO III – DOS ASSOCIADOS**

**CAPÍTULO I – DA COMPOSIÇÃO SOCIAL E RESPONSABILIDADE DE SEUS ASSOCIADOS**

Art.12. Poderão ser associados da [NOME DA EJ] os acadêmicos regularmente matriculados no curso de [NOME DO CURSO DE GRADUAÇÃO] da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que sejam aprovados em processo seletivo específico, conforme as normas estabelecidas no Regimento Interno da [NOME DA EJ].

Parágrafo único. Uma vez associado, o estudante passará a prestar serviços voluntários sem qualquer vínculo empregatício, funcional ou remuneratório em favor da administração da [NOME DA EJ

Art. 13. É facultado o aceite de acadêmicos de outros cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão, na condição de pessoas físicas, desenvolvendo atividades de colaboração em projetos, não gerando qualquer vinculação associativa a [NOME DA EJ].

Art.14. São categorias de associados:

I - Membros Efetivos: Acadêmicos regularmente matriculados no curso de [NOME DO CURSO DE GRADUAÇÃO] da UEMA que foram aprovados no processo seletivo e já passaram por período de experiência, exercendo plenamente as atividades e direitos previstos neste Estatuto e no Regimento Interno.

II - Trainees/Assessores/Aprendizes: Acadêmicos regularmente matriculados no curso de [NOME DO CURSO DE GRADUAÇÃO] da UEMA, preferencialmente dos dois primeiros períodos, que estão em processo de formação e integração à Empresa Júnior, com direitos e deveres específicos definidos no Regimento Interno.

Art.15. Os membros não responderão, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Associação.

Parágrafo único. Um ato será considerado *ultra vires*, respondendo por ele o associado que o praticou, quando de forma nítida exceder os limites deste estatuto, seja por estranho ao objeto social, seja por não estar tal ato expressamente autorizado pelo estatuto ou vedado pelo mesmo.

Art.16. A nenhum membro será intuída a preposição ou representação da entidade sem que porte instrumento expresso e determinado de outorga ou delegação feita pelo Presidente.

***Seção I - Dos direitos e deveres dos associados***

Art.17. São direitos de todos os associados:

I - Participar das Assembleias Gerais ordinárias e/ou extraordinárias, com direito a voz e a voto;

II - Propor a adoção de medidas que julgarem convenientes ao interesse social da [NOME DA EJ];

III - Fazer parte de comissões e receber delegações e outorgas da Diretoria Executiva;

IV - Convocar a Assembleia Geral, na forma deste Estatuto;

V - Recorrer à Assembleia Geral contra atos de Diretores, da Diretoria Executiva e do Conselho Estratégico, na forma deste Estatuto.

VI - Solicitar, a qualquer tempo, informações relativas às atividades da [NOME DA EJ];

VII - Manifestar-se acerca das atividades sociais da [NOME DA EJ];

VIII - Candidatar-se às Diretorias;

IX – Solicitar seu licenciamento, na forma deste Estatuto.

X – Retirar-se da associação.

Parágrafo único. Aos Trainees não são facultados os direitos elencados nos incisos I, IV e VIII deste artigo, assegurada, entretanto, sua participação, como ouvinte, em Assembleia Geral.

Art.18. São deveres de todos os membros:

I - Conhecer e cumprir as disposições deste Estatuto e acatar as deliberações válidas dos órgãos deliberativos e executivos;

II - Colaborar com a promoção da [NOME DA EJ], cumprindo e observando as disposições do Estatuto Social, bem como das demais normas internas da entidade;

III - Informar e provocar a atuação dos órgãos deliberativos, na hipótese de descumprimento deste Estatuto ou do Regimento Interno, bem como comunicar à Diretoria Executiva qualquer circunstância ou fato lesivo aos interesses da [NOME DA EJ];

IV - Zelar pelo patrimônio da [NOME DA EJ];

V - Concorrer para a realização do objetivo social;

VI - Desempenhar com dignidade os cargos para os quais foram eleitos ou os compromissos que aceitarem, atuando com presteza, diligência, transparência e pontualidade nas tarefas que lhe são confiadas e afastando qualquer conduta que possa comprometer o nome e a imagem da [NOME DA EJ].

VII - Manter atualizadosseus *dados* cadastrais junto à [NOME DA EJ], em especial o endereço de seu correio eletrônico.

Parágrafo único. Presumem-se lidos, após dois dias úteis de seu envio, todos os e-mails enviados para o endereço eletrônico cadastrado pelo membro junto à associação.

***Seção II – Da retirada, da exclusão e do licenciamento***

Art.19. O membro associado que desejar se retirar da [NOME DA EJ] deverá encaminhar comunicação formal, por escrito, à Diretoria de Gente e Gestão, que estabelecerá o prazo para o desligamento efetivo.

Art.20. Serão considerados licenciados os membros que assumirem essa condição em decorrência de licenciamento voluntário.

§ 1º. O pedido de licenciamento, instruído com justificativa idônea, será processado perante a Diretoria, que decidirá o pleito mediante parecer prévio da Diretoria Executiva e definirá seu prazo de duração.

§ 2º. Durante o período de licenciamento, o associado não terá direito a voto nas Assembleias Gerais.

§ 3º. É lícito a Diretoria antecipar, motivadamente e a requerimento do licenciado, a cessação do licenciamento;

§ 4º. O membro licenciado não faz jus ao certificado de participação na [NOME DA EJ] durante o tempo em que esteve licenciado.

Art.21. Os membros que descumprirem as determinações deste Estatuto, do Regimento Interno, do Programa de Controle Disciplinar (PCD) e das demais resoluções válidas das Diretorias ou da Assembleia Geral, resguardado o direito de defesa e recurso, estarão sujeitos à aplicação das seguintes penalidades:

I – Advertência com conseqüente lançamento de pontos no PCD, conforme procedimento descrito e aprovado em Assembleia Geral;

II - Exclusão.

Parágrafo único – A aplicação das penalidades é competência da Diretoria Executiva.

Art.22. O membro associado será excluído do quadro social da [**NOME DA EJ**] por justa causa nos casos de:

 I - Conclusão, abandono, jubilação, transferência ou desligamento do curso de bacharelado em [CURSOS CONTEMPLADOS PELA EJ} da Universidade Estadual do Maranhão - Campus X.

II - Decisão da Diretoria Executiva, como resultado de violação estatutária ou regimental ou, ainda, no caso de atingimento da pontuação limite do PCD;

III - Prática de ato incompatível com os fins da [NOME DA EJ], ou com suas formas de atuação.

Parágrafo único. Nos casos descritos neste artigo, serão resguardados ao membro o direito de defesa e recurso.

Art.23. É vedada a aplicação de qualquer penalidade sem prévia notificação ao associado, garantindo-lhe o direito à ampla defesa.

§ 1º. A notificação prévia caberá a Diretoria de Gente e Gestão, a quem poderá ser direcionada explicação escrita dentro de um prazo máximo de 07 (sete) dias.

§ 2º. Na hipótese de membro associado que ocupar cargo eletivo, a notificação incumbe ao Diretor Presidente, na forma do PCD.

Art.24. Da decisão acerca da exclusão de membro, caberá, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, recurso à Assembleia Geral especialmente convocada para deliberar sobre a penalidade, na qual será, antes do início das discussões, assegurado ao membro o direito de se manifestar acerca do processo.

Art.25. O desligamento do membro não exclui sua responsabilidade pelo cumprimento de obrigações assumidas enquanto associado, até a data do efetivo desligamento.

Art.26. O Regimento Interno disporá sobre os procedimentos a serem adotados em caso de vacância de cargo eletivo.

**TÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO**

**CAPÍTULO V – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art.27. São órgãos da administração da [NOME DA EJ]:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho Estratégico;

III - Diretoria Executiva.

§ 1º. A [NOME DA EJ] adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

§ 2º. O exercício do cargo em órgão da [NOME DA EJ] não é delegável.

§ 3º. O presidente das reuniões da Assembleia Geral e da Diretoria Executiva será o Presidente da [NOME DA EJ], que terá voto decisório em caso de empate nas votações. Na sua falta, substitui-lo-á o Vice-Presidente.

***Seção I – Da Assembleia Geral***

Art.28. A Assembleia Geral é o órgão máximo da [NOME DA EJ] e tem poderes para decidir todas as questões relativas ao seu objeto, bem como tomar todas as resoluções que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - Ordinariamente:

a) Até a segunda semana de dezembro para deliberação de contas, das demonstrações financeiras e dos resultados referentes ao segundo semestre do ano e da gestão findada, bem como para eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Administrativo para o próximo do ano;

II - Extraordinariamente, sempre que o interesse social o exigir.

Art.29. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo presidente do Conselho Estratégico, pelo Presidente ou por iniciativa própria de, pelo menos, 02 (dois) Diretores ou, ainda, a requerimento de, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos membros votantes, mediante carta ou por correio eletrônico enviado a todos os membros com a antecedência mínima de 03 (três) dias.

§ 1º. A convocação mencionará o dia, a hora e o local da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia.

§ 2º. As Assembleias Gerais serão constituídas pela reunião dos membros que estão em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 3º. Terão poder de voto os efetivos membros associados.

§ 4º. Considerar-se-á regularmente convocado o membro que comparecer à Assembleia Geral.

§ 5º. As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de associados que representem, pelo menos, 1/2 (metade) dos votos dos associados votantes e, em segunda convocação, meia hora após o horário originalmente designado, com qualquer número;

§6º. É vedado o direito de voto por procuração.

Art.30. Todas as decisões serão tomadas em Assembleia Geral pela maioria de votos dos associados votantes presentes ao conclave, com exceção daquelas que tenham por objeto:

I - Deliberar sobre a destituição de seus Diretores;

II - Alterar este Estatuto Social.

§ 1º. Nas hipóteses estabelecidas nos itens I e II deste artigo, o quorum de decisão é o de 2/3 (dois terços) de votos dos membros votantes presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo haver deliberação, em primeira convocação, sem que esteja presente a maioria absoluta dos seus associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§ 2º. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente, que terá voto minerva em caso de empate nas votações, nomeando-se, oportunamente, o secretário. Na falta ou impedimento do Diretor Presidente, substituí-lo-á o Vice-Presidente e, na falta deste, será escolhido o diretor administrativo-financeiro e, na falta deste, será escolhido, por maioria simples, outro Diretor presente.

§ 3º. A alteração estatutária somente será válida se fizer parte de pauta prévia e específica.

§ 4º. Não será objeto de deliberação a proposta que vise a supressão do inciso I e parágrafo 3o do Art. 4o.

§ 5º. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos, assinada pelos membros da mesa e associados presentes. Para a validade da ata será necessária a assinatura de tantos associados quanto bastem para constituir a maioria requerida para as deliberações tomadas em Assembleia Geral.

Art.31. Compete à Assembleia Geral:

I - Eleger os membros para compor a Diretoria Executiva;

II - Destituir os membros que compõem a Diretoria Executiva;

III - Apreciar, examinar e aprovar o relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras;

IV - Opinar, quando especialmente convocada para esse fim, sobre os planos de expansão ou programa de ação apresentados pela Diretoria Executiva;

V - Propor e aprovar alterações no Estatuto Social e no Regimento Interno.

***Seção II – Do Conselho Estratégico***

Art.32. O Conselho Estratégico é órgão de consulta e assessoramento à Diretoria Executiva da [NOME DA EJ].

§ 1º. As reuniões do Conselho Estratégico serão convocadas, por email, sempre que o interesse social assim o exigir, pelo Diretor Presidente, por dois Diretores, em conjunto, ou por, pelo menos, 01 (um) dos membros em exercício do Conselho Estratégico, sempre com antecedência mínima de 03 (três) dias.

§ 2º. A convocação deverá informar o dia, a hora e o local da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia.

§ 3º. Considerar-se-á regularmente convocado o Conselheiro que comparecer à Reunião.

§ 4º. As decisões serão tomadas por maioria dos votos dos presentes.

§ 5º. Serão considerados presentes os que participarem inclusive por meio eletrônico de qualquer natureza.

Art.33. Os membros do Conselho Estratégico serão indicados pela Diretoria Executiva dentre os ex-membros da [NOME DA EJ] e da Federação Paraibana de Empresas Juniores.

§ 1º. O Conselho Estratégico não possui número fixo de integrantes, devendo, contudo, ser formado por 03 (três) ou 05 (cinco) membros.

§ 2º. O mandato dos integrantes do Conselho Estratégico é de uma gestão, permitida a recondução ao cargo.

Art.34. Compete aos membros do Conselho Estratégico as seguintes atribuições e responsabilidades:

I - Contribuir com pareceres técnicos a serem analisados pela Diretoria Executiva;

II - Participar das reuniões da Diretoria Executiva, sem direito a voto, com o objetivo de expor ideias e contribuir com o objeto social da [NOME DA EJ] sempre que solicitado por aquele órgão;

III - Sempre que o interesse social exigir, dar parecer quanto às políticas da Diretoria Executiva que orientam as atividades gerais da [NOME DA EJ], respeitando os princípios gerais adotados pelos associados;

IV - Apoiar a Diretoria Executiva especialmente nos planos de captação de recursos e acompanhar a realização dos Planos de Ação e a Proposta Orçamentária;

V - Acompanhar as deliberações sobre o patrimônio, investimento e gestão financeira;

VI - Propor a alteração do Estatuto Social à Assembleia Geral;

VII - Decidir sobre as questões que lhe forem submetidas pela Diretoria Executiva;

VIII - Convocar a Assembleia Geral, na forma deste Estatuto;

IX – Participar da elaboração e revisão do Planejamento Estratégico e acompanhar a execução do mesmo.

***Seção III – Da Diretoria Executiva***

Art. 35. A Diretoria Executiva, integrada por todos os Diretores, é o órgão de gestão executiva da [NOME DA EJ], cabendo-lhe formular políticas e estratégias, deliberar, controlar e orientar as ações desta associação.

Art. 36. A Diretoria Executiva será composta por, pelo menos, 01 (um) Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente e 01 (um) Diretor de Projetos, todos eleitos pela Assembleia Geral dentre os membros associados que demonstrarem interesse na candidatura. [ADICIONAR DIRETORIAS RESTANTES]

§1º. É facultado a cada Diretor delegar competências a gerentes, secretários, assessores ou coordenadores de núcleos temáticos, conforme as necessidades da [NOME DA EJ], que a ele se subordinam, dentro do âmbito das responsabilidades específicas estabelecidas neste Estatuto.

§ 2º. O mandato do Diretor será de 01 (um) ano, sendo permitida uma única reeleição para o mesmo cargo.

§ 3º. As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas pelo Presidente ou por dois outros Diretores, em conjunto.

§ 4º. As deliberações nas reuniões da Diretoria Executiva serão tomadas pela maioria de votos dos Diretores, considerando-se presentes os que participarem inclusive por meio eletrônico de qualquer natureza.

§ 5º. O processo eleitoral será objeto do Regimento Interno da [NOME DA EJ].

Art. 37. Compete aos Diretores:

I - Administrar a [NOME DA EJ], estabelecendo suas prioridades, focalizando, operacionalizando e executando os programas da associação;

II - Propor e executar políticas e planos estratégicos, bem como implementar os programas e prioridades estabelecidas;

III - Dirigir, orientar e coordenar o funcionamento da [NOME DA EJ], observando o fiel cumprimento das políticas traçadas, os planos, programas e projetos da organização;

IV - Submeter à Assembleia Geral as propostas Orçamentária e Programática anuais e sua implementação;

V - Praticar atos administrativos para a gestão da organização;

VI - Designar os titulares das funções de gerenciamento da estrutura orgânica básica;

VII - Fornecer ao Conselho Estratégico os elementos de informação necessários ao acompanhamento permanente das atividades da [NOME DA EJ];

VIII - Assegurar o desenvolvimento e implementação de ações relativas ao objeto da [NOME DA EJ], fazendo cumprir sua missão, prioridades, estratégias e seus programas de atuação;

IX - Propor a alteração do Estatuto Social e do Regimento Interno à Assembleia Geral;

X - Convocar a Assembleia Geral, na forma deste Estatuto;

XI - Editar portarias com intuito de regular o funcionamento interno de suas diretorias.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá nomear mandatários com poderes específicos, escolhidos, inclusive, dentre os demais membros da [NOME DA EJ], observado o seguinte:

a) o mandato não poderá ter duração superior a 06 (seis) meses, salvo aqueles conferidos para defesa em processos administrativos ou judiciais;

b) o mandato deve ser outorgado mediante assinatura, pelo menos, do Diretor Presidente e de outro Diretor.

***Subseção I – Da Presidência***

Art. 38. Ao Presidente compete:

I - Cumprir e fazer cumprir as normas de atuação da [NOME DA EJ] no que se refere a sua política de planejamento, estratégia, gente e gestão, relações institucionais, projetos, administração e finanças;

II - Cumprir e fazer cumprir as resoluções e determinações da Assembleia Geral e da Diretoria Executiva;

III - Convocar e presidir, na forma deste Estatuto, as reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais, sempre que forem necessárias;

IV - Rubricar os livros que registrarem os procedimentos institucionais, confeccionar e apresentar para a Assembleia Geral relatório semestral sobre as atividades da [NOME DA EJ];

V - Assinar os documentos que gerem obrigações de qualquer natureza para a [NOME DA EJ] e assinar com o Diretor administrativo-financeiro os documentos que envolvam responsabilidade financeira da entidade;

VI - Assinar juntamente com o Diretor de Projetos os contratos que gerem para a [NOME DA EJ] obrigação de prestar serviços;

VII - Estabelecer parcerias estratégicas para entidade que visem à consecução dos objetivos sociais;

VIII - Liderar o processo de elaboração e cumprimento de planejamentos estratégicos;

IX - Zelar pelo bom relacionamento, pelo ambiente amistoso de trabalho e pela qualidade máxima da gestão das informações e do conhecimento entre os membros da [NOME DA EJ].

X – Representar a [NOME DA EJ] judicial e extrajudicialmente;

XI - Promover o relacionamento externo, desenvolver, fortalecer e manter a imagem institucional da [NOME DA EJ] perante os acadêmicos e docentes da Universidade Estadual do Maranhão, o Movimento Empresa Júnior, em todos os seus âmbitos de atuação, os parceiros e os clientes da associação.

***Subseção II – Da Vice-Presidência***

Art. 39. Ao Vice-Presidente compete:

I – Alinhar e envolver toda a organização com a estratégia da [NOME DA EJ];

II – Implementar e gerenciar o Planejamento Estratégico;

III – Analisar e aprovar as atividades departamentais através dos relatórios enviados pelos demais Diretores;

IV – Revisar, definir e desdobrar as metas da organização;

V – Controlar os indicadores estratégicos e coordenar as análises críticas, monitorando tendências e resultados;

VI – Garantir, em conjunto com o Presidente, o atingimento das metas estipuladas;

VII – Gerenciar a cultura organizacional;

VIII – Acompanhar os Planos de Ação e os Projetos Estratégicos;

IX – Representar o Presidente, caso seja necessário, em quaisquer de suas funções;

X – Obter toda documentação necessária para a regularidade da organização;

XI - Proceder à guarda e conservação de todos os documentos da entidade de forma segura e ordenada e ter ao seu encargo o expediente da Empresa;

XII - Executar as atividades financeiras da entidade e o seu controle financeiro;

XIII - Encaminhar, conforme a disponibilidade, às diretorias os recursos necessários à realização dos projetos;

XIV - Organizar os balanços anuais, os balancetes periódicos, a demonstração de recibo de despesas e a demonstração dos saldos existentes;

XV - Criar e desenvolver o conteúdo visual e aparente da empresa júnior;

XVI - Coordenar processo de admissão de associados, garantindo a devida publicidade pelas formas cabíveis;

XVII - Coordenar o processo de avaliação de desempenho e elaborar relatórios periódicos;

XVIII - Zelar pelo clima organizacional excelente para o desenvolvimento humano e profissional dos associados.

XIX - Gerenciar as ferramentas on-line e as mídias sociais utilizadas pela [NOME DA EJ]

***Subseção III - Da Diretoria de Projetos***

Art. 40. Ao Diretor de Projetos compete:

I - Receber os pedidos de prestação de serviços a terceiros, levando em conta a capacidade da [NOME DA EJ] de assumi-los, bem como seus interesses e objetivos fundamentais;

II - Mediar o contato da [NOME DA EJ] com aqueles interessados em contratar projetos de consultoria junto à entidade;

III - Realizar o pré-diagnóstico nas empresas contratantes, identificando as suas necessidades ou deficiências;

IV - Encaminhar à Diretoria Administrativo-Financeira toda a documentação referente aos projetos executados ou ainda em execução, para a sua guarda e conservação;

V - Acompanhar diretamente a execução dos projetos de consultoria em andamento por meio de reuniões periódicas e da elaboração de relatórios verificando a qualidade dos serviços prestados;

VI - Zelar pela qualidade da prestação dos serviços e de seus resultados;

VII - Assinar, em conjunto com o Presidente, os contratos pelos quais a [NOME DA EJ] se obriga a prestar serviços;

VIII - Recrutar professores orientadores que possam vir a auxiliar tanto nos projetos de consultoria, quanto nos projetos internos da entidade.

IX - Elaborar estratégias de atuação mercadológica;

OBS: LISTAR AS DEMAIS DIRETORIAS PRESENTE NA ESTRUTURA DA EJ: Marketing, Recursos Humanos, Administrativa, Financeira, etc.

**TÍTULO V – DO TÉRMINO DAS ATIVIDADES**

**CAPÍTULO I – DA EXTINÇÃO**

Art. 41. A [NOME DA EJ] somente poderá ser dissolvida se, na Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, for observado o *quórum* de deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros associados votantes.

Art. 42. Depois de dissolvida a [NOME DA EJ]**,** quaisquer dos bens que integram o seu patrimônio somente poderão ser alienados para o pagamento das dívidas legais que a entidade tenha assumido, até a data da deliberação da sua dissolução.

Art. 43. Dissolvida a [NOME DA EJ], o remanescente do seu patrimônio líquido será destinado à outra empresa júnior de mesma natureza.

**TÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 44. O exercício social da [NOME DA EJ]coincidirá com o ano civil.

Art. 45. Os mandatos dos membros do Conselho Estratégico e da Diretoria Executiva consideram-se automaticamente prorrogados até a posse dos seus sucessores.

Art. 46. As alterações concernentes às Diretorias vigorarão a partir da posse da próxima Diretoria Executiva.

[ESPAÇO PARA ASSINATURA DOS MEMBROS E REGISTRO DO CARTÓRIO]

**OBS: ADEQUAR PARA CADA REALIDADE DAS EJ´S**

**CONSULTAR A RESOLUÇÃO 1752/2023-CEPE/UEMA**